

24 JAN 1988

Porque subsiste o *Divida Externa* impasse externo

DÉRCIO GARCIA
MUNHOZ

No momento em que se reacedem as discussões sobre a renegociação da dívida externa, parece oportuno que alguns aspectos pouco considerados até agora sejam relembrados, visando ajudar o Governo na formulação e defesa de posições que, contando com apoio interno, permitam enfrentar as pressões internacionais. E esse o objetivo dos comentários que se seguem.

1. Os Juros Externos Estão Sendo Pagos pela População

Não possuindo dólares suficientes para o pagamento dos juros externos, o Brasil declarou moratória há aproximadamente um ano. Sem retomar a discussão sobre se essa teria sido efetivamente a melhor alternativa, o Brasil deveria ter lembrado aos credores, na oportunidade, que para a regularização dos compromissos dos devedores em geral torna-se imprescindível uma política de abertura de mercado pelos países industrializados, como única forma de obtenção de dólares. Mas para exportações, pelos devedores, em condições normais, sem uma política recessiva com arrocho salarial, **que é e sempre foi a proposta do FMI para criar artificialmente excedentes exportáveis** à custa do desemprego, do empobrecimento da população, e mesmo da proliferação da miséria. — Deve-se ter em conta, por outro lado, que de qualquer modo, com ou sem moratória, **os juros da dívida externa sempre são pagos pela população**, já que as empresas estatais ou privadas — que respondem por aproximadamente 75,0% da dívida externa do Brasil — incluem normalmente os encargos financeiros de seus empréstimos como componente de custo dos seus produtos, e, portanto, dos preços finais, entregando ao Banco Central os cruzados relativos aos juros. O Banco Central, por falta de dólares, não pode fazer a conversibilidade dos cruzados para a moeda estrangeira, em decorrência do que fica ele, Banco Central, com a moeda nacional recebida das empresas (comprando títulos públicos com esse dinheiro), e assumindo assim, o Banco, a dívida correspondente junto aos credores externos. Isto porque **juros não pagos têm exatamente o mesmo significado da contratação de empréstimos novos, aumentando a dívida do país**. — Se a parcela dos juros externos se agrega aos preços dos produtos e é efetivamente paga pelo consumidor, pertencendo a estrangeiros, o normal seria mesmo o pagamento dos juros com exportação de mercadorias, pois as famílias e as empresas do país teriam recebido como rendas (salários, juros, lucros, etc.) apenas em torno de 95,0% da renda gerada, sendo impossível assim adquirir 100% dos bens

e serviços produzidos. A menos que se queira aumentar a dívida externa, como ocorreu com a moratória. **Mas não está provado que para crescimento da economia o Brasil necessita aumentar o seu endividamento, repetindo o tão criticado modelo dos anos 70.**

2. Porque Faltam os Dólares — A falta de dólares para pagamento dos juros, que levou o país à moratória, foi impropriamente debitada a um pseudo excesso de consumo, durante o Plano Cruzado, gerado por um suposto crescimento insuportável dos salários. A realidade foi muito diferente, pois, a despeito da melhoria do consumo das famílias, iniciado ainda no segundo semestre de 1985, o setor externo estava sendo extremamente favorável em 1986, mesmo com grandes perdas nas receitas com petróleo e soja (por razões ligadas ao comércio internacional). O que se verificou, além da realidade dos ágios, é que o Governo elevou os impostos e especialmente os juros — assim destruindo o Plano Cruzado — enquanto a taxa de câmbio era mantida congelada; com isso o setor exportador foi desorganizado, na medida em que as receitas não podiam acompanhar os custos. Pretender que, nessas circunstâncias, as exportações continuassem normais, é confundir empresas com instituições de caridade. Em tais condições a derrocada do comércio externo a partir de novembro não poderia ser evitada, e a normalização das vendas veio apenas em maio de 1987, após removida a suicida valorização cambial.

3. Porque Crescem as Exportações e as Dificuldades Externas Continuam — Regularizado o câmbio, as exportações normalizaram-se. Evidenciando ser desnecessário — além de inaceitável e danoso ao país — a política de arrocho salarial pretendida pelo Governo. Porque, então, prosseguem as dificuldades para regularização dos compromissos externos? — O que ocorre é que, enquanto o Brasil tem de pagar em torno de US\$ 10, bilhões de juros a todos os credores bancários e não bancários, **também o país se vê forçado a amortizar parcelas da dívida junto a governos estrangeiros e instituições internacionais como o FMI eo Banco Mundial**. O que parece impossível, já que isso exigiria outros US\$ 4, bilhões anuais, e, portanto, um superavit comercial "cavalar". — Os problemas do país, portanto, não estão sendo provocados pelos bancos, mas sim por outros credores, que, numa atitude agressiva, não facilitam as nossas exportações, colocam restrições crescentes ao comércio, dificultando as nossas receitas em dólares, e ao mesmo tempo, contraditoriamente, passam a exigir juros e amortização do principal; enquanto isso os bancos contentam-se apenas com os juros. Orá, se pagar os juros já é uma tarefa quase que im-

possível para a maioria dos países — mesmo para Argentina e México massacradas pelo programa do FMI — a verdade é que nenhum país pode e nem vai poder pagar os empréstimos. **Sendo a dívida impagável qualquer seja o tamanho do arrocho salarial ou a profundidade da depressão econômica orquestrada pelo FMI e Banco Mundial**. Do que é evidência clara a angustiante situação dos nossos vizinhos que vem seguindo a risca o modelo ortodoxo. — A questão da dívida dos países em desenvolvimento deve sofrer uma completa reformulação ao nível internacional. E até que isso se materialize o Brasil deve fazer exigências para qualquer renegociação, visando: a) redução substancial dos "spreads" sobre o total da dívida; b) cláusula de salvaguarda prevendo redução ou suspensão do pagamento dos juros. Já que tal situação gera incertezas quanto às receitas de exportação, além do risco de que, gerando uma dependência tecnológica forçada, coloque todas as exportações industriais brasileiras sob controle de governos estrangeiros, **já que para isso os Estados Unidos têm recorrido a um pseudodireito de extraterritorialidade**. Como então assumir compromissos relacionados à dívida externa, se não podemos produzir dólares na Casa da Moeda e nem obtê-los no comércio normal?

Parece claro, por outro lado, que se um país possui capacidade de produção potencial, como o Brasil, aumentar a produção para aumento das exportações, resguardado o suprimento do mercado interno, pode ser de extrema importância, ampliando o emprego, melhorando os níveis salariais, e em decorrência abrindo-se oportunidades novas aos autônomos e pequenos empresários, resultando em melhoria das condições de vida da população. Inaceitável é o modelo argentino e mexicano, de autodestruição sem conseguir superar o impasse externo. Modelo que o Brasil parcialmente segue, ao manter taxas de juros tão elevadas que **um novo descontrolado inflacionário torna-se inevitável no curto prazo**. Requerendo revisão urgente da política econômica a fim de prevenir a desorganização do setor produtivo e a instabilidade institucional. Pois não há política de "arroz e feijão" que sobreviva quando a política monetária, via elevação dos juros, provoca conflitos distributivos da magnitude do que se verificou no Brasil desde 1981, e especialmente após no máximo um semestre de vida do Plano Cruzado.

-dgm./20.1.88.

Dércio Garcia Munhoz é professor da UnB e ex-presidente do Conselho Federal de Economia
Dércio Garcia Munhoz